



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

FAMÍLIA E ESCOLA: (DES) ENLACES SÓCIO-HISTÓRICOS DA EDUCAÇÃO CATÓLICA

Cícero Edinaldo dos Santos³⁵³

Patrícia Helena Carvalho Holanda³⁵⁴

RESUMO

Este artigo parte de um estudo bibliográfico e documental, propondo-se a compreender os (des) enlances da educação católica. Centra-se numa perspectiva sócio-histórica. Apresenta inicialmente um percurso de algumas mudanças e permanências discursivas acerca da família. Em seguida, destaca as tentativas de aproximações entre a família e a escola, além de descrever alguns discursos presentes na Declaração *Gravissimum Educationis* (1965) para assinalar as funções de tais instituições, bem como de seus participantes. Conclui que, após o Concílio Vaticano II, a Igreja Católica buscou assegurar a manutenção dos seus dogmas e para isso difundiu discursos a fim de legitimar a parceria entre família e escola, bem como as funções de pais e professores perante a educação das gerações vindouras.

Palavras-Chave: Família, Escola, Igreja Católica.

1. Apresentação

Podemos observar um crescente interesse em relação à família e escola, a fim de solucionar os problemas destas, criar políticas públicas e/ou repensar as funções de cada uma no seio da sociedade civil. Atualmente inúmeras teses e dissertações trabalham com estas categorias de análise.

As tecnologias de governmentação dos corpos em escolas públicas, as parcerias e confrontos no desempenho escolar, as implicações na educação de crianças, jovens e adultos, são alguns dos assuntos privilegiados. Há também uma preocupação em demonstrar as novas configurações familiares, as demandas por direitos e suas articulações com o processo de inclusão social, profissional e de saúde.

Conforme a revisão bibliográfica consultada³⁵⁵, notamos que as pesquisas referentes à relação entre família e escola católica ainda são poucas. Embora tais categorias se apresentem diluídas, entre outras temáticas, nos estudos da História da Educação.

Buscando contribuir para estes estudos, este artigo visa compreender os (des) enlances entre família e escola católica, numa perspectiva sócio-histórica da Educação. De caráter qualitativo, bibliográfico e documental, apresenta inicialmente um percurso de algumas mudanças e

³⁵³Doutorando em Educação (Bolsista CAPES). Universidade Federal do Ceará. Linha de Pesquisa História da Educação Comparada. E-mail: ciceroedinaldo@live.com

³⁵⁴ Doutora em Educação. Universidade Federal do Ceará. Linha de Pesquisa História da Educação Comparada. E-mail: profa.patriciaholanda@gmail.com

³⁵⁵ Consulta realizada no Banco de Teses e Dissertações da CAPES e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. Critérios: Publicações dos últimos cinco anos.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

permanências discursivas acerca da família. Em seguida, destaca as tentativas de aproximações entre a família e a escola, além de descrever alguns discursos presentes na Declaração *Gravissimum Educationis*, para assinalar as funções de tais instituições, bem como de seus participantes.

2. Família: Mudanças e Permanências discursivas

De certo modo, acreditamos que não é aconselhável pensar sobre a família, numa visão homogeneia, pois esta instituição possui configuração impar, relacionada ao contexto histórico vigente. No entanto, utilizaremos essa expressão, no singular, como uma estratégia de pensamento crítico e uma tentativa de nos aproximar, simultaneamente, da referida instituição, sem desmerecer suas facetas e peculiaridades.

Partimos do pressuposto de que a família pode ser considerada uma instituição social, simbólica e real, participante da ontogênese de cada indivíduo. Do nascimento a morte, ela entrelaça, legitima e ordena os fatores biológicos e culturais. Ao ser gestado, nenhum dos seus integrantes escolhe fazer parte da mesma, bem como não escolhe o sexo, o idioma ou o país no qual nascerá. A família torna-se responsável por ensinar modos de ser e estar no mundo. Faz isso a partir das relações intergeracionais, onde comportamentos, valores e ideais são reiterados, inseridos na vida dos novos integrantes, por um processo de ensino-aprendizagem sutil e minucioso (COURT, 2005).

Estudos de comunidades primitivas demonstram que as redes de parentesco, as funções de homens e mulheres, os discursos sobre reprodução e unidades domésticas não são homogeneias em todas as sociedades (MEAD, 1969, MALINOWSKI, 1976). Em contrapartida, também revelam que existem algumas regras básicas para a constituição daquilo que denominamos família, percebidas em distintas culturas de localizações geográficas múltiplas, a saber, a proibição do incesto (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Essa característica também está na formação histórica da família-nuclear-burguesa, prenúncio da configuração denominada moderna, onde existe uma suposta crise de paradigmas. Mesmo acreditando na hipótese dessa crise, é notório que o sentimento de família, isto é, os laços de pertencimento, consolidado desde o século XVIII, permanece atuante (ARIÈS, 2006).

Embora discursos de distintos segmentos sociais reafirmem o declínio e a desestruturação da família, uma variedade de outros contra-argumentam, explicitando como as



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

alterações nos contextos históricos não conseguiram destruir o sentimento citado anteriormente (GOLDANI, 1993).

A partir do século XIX, o sentimento de família foi inculcado cada vez mais no lar burguês, passando a ter como característica a divisão de funções e papéis sexuais. Privilegiou-se a autoridade paterna e o amor parental pelos filhos. As mães assumiram a função de primeira socializadora da prole e, muitas vezes, tiveram que se submeter às vontades dos seus companheiros (AMARAL, 2001; LASCH, 1991).

Em face do desenvolvimento capitalista e a Revolução Industrial, na Europa, o cotidiano familiar alterou-se dependendo da classe social no qual os sujeitos estavam inseridos. As mães e esposas burguesas ainda eram consideradas o grande elo da família, com as funções descritas anteriormente. Enquanto as mães e esposas da classe operária começaram a ampliar suas funções, entre o lar e o trabalho, contribuindo para novas possibilidades da dinâmica cotidiana e financeira até então existente. Conseguiram, parcialmente, reconhecimento de sua atuação na sociedade, no sentido social, jurídico e no âmbito político-econômico (HOLANDA, MORATO, 2015, THERBORN, 2011).

O êxodo rural, a influência dos meios de comunicação, o crescimento urbano e a pílula anticoncepcional – legado das conquistas do movimento feminista – também contribuíram para novos tipos de configurações familiares. Nesse contexto histórico, a autoridade paterna diminuiu e o Estado atuou diretamente nas relações sociais básicas, contribuindo, com isso, para a degeneração da autoridade tradicional de outrora. No plano jurídico, houve uma delegação dos cuidados com as crianças e jovens para outras instituições, tais como a escola (HOLANDA, MORATO, 2015).

Nas últimas décadas do século XX, o enfraquecimento da configuração familiar, baseado no estável exercício da autoridade/domínio do homem adulto sobre os demais integrantes, isto é, a família patriarcal, diminuiu consideravelmente em algumas partes do mundo. Este enfraquecimento, denominado de crise do patriarcado, foi induzido pela interação entre capitalismo informatizado e movimentos sociais, tais como o feminismo e o movimento LGBT³⁵⁶. Manifestou-se na variedade de modos nos quais as pessoas escolhem conviver e criar os seus descendentes (CASTELLS, 2008, THERBORN, 2011).

Os modos de ser e estar, que regulamentavam as relações entre os sexos/gêneros, foram questionados, ainda que, em muitos espaços os valores, ideais e comportamentos, que não gozam

³⁵⁶Movimento LGBT: São movimentos plurais, internacionais, que possuem em comum a defesa dos direitos de sujeitos identificados por lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

mais de legitimidade social absoluta, ainda sobrevivam. Atualmente, o sacrifício individual para a manutenção da família passa a ser cada vez mais subvertido.

Há maior número de saturação nos relacionamentos afetivo-sexuais. A independência econômica dos cônjuges e funções cotidianas sustenta um novo ordenamento das relações. Facilita a ruptura do vínculo familiar, quando a convivência não é mais fonte de felicidade e prazer. Com a possibilidade de desmembramento da família, as experiências sexuais tornam-se uma necessidade pessoal de aceitação dos desejos e não são, necessariamente, canalizadas para o interior da família ou para a manutenção da mesma nas gerações vindouras.

A possibilidade de não querer gerar descendentes ou gerar sem a participação da relação sexual, institucionalizada e normatizada pela heterossexualidade, abre horizontes novos à experimentação social, dissociando-se, dessa maneira, a reprodução da espécie das funções da família (THERBORN, 2011).

Os casais são cada vez mais vistos como duas diversidades biopsíquicas que se encontram, interagem, desejam-se e entram em conflitos. Repartem tarefas do lar, negociam espaços de lazer e agem numa suposta prestação de contas, até onde se é permitido. Muitas mulheres já não se sentem presas ao casamento como outrora, tampouco com as diretrizes familiares. Não se identificam como “rainhas do lar”, pois o lar já não aparenta ter a suposta “realeza” que tinha mil anos atrás. Elas estudam, trabalham, contribuem para os rendimentos domésticos e consumo diário. Conquistam certa autonomia, quando se veem livres das prioridades dos homens, sejam eles esposos ou pais. São mães solteiras, filhas aventureiras, mulheres do mundo e não apenas do lar.

Nesse direcionamento, desde o século XX, reduz-se a importância da família como institucionalização, assentada na dimensão jurídica dos vínculos biológicos, a partir da reprodução. No entanto, ainda prevalece a legitimação da família como instituição social expressiva de afetos e cuidados, relevante no processo de socialização humana e disciplinamento corporal (THERBORN, 2011).

Vista como agente de socialização, a família reitera padrões culturais, não apenas referente ao corpo, mas também inculca modos de pensar e de agir, que podem se transformar em hábitos supostamente naturais. Devido à sua enorme influência emocional, tende a afetar toda a experiência dos sujeitos desde tenra infância (LASCH, 1991).

Com o desenvolvimento corporal e psíquico dos seus novos integrantes, a família pode se tornar uma instituição de elevada realização do significado da existência humana, para estes, bem



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

como de uma violação da dignidade, das possibilidades de escolhas. Suas normatizações tendem a dar limites. Nas últimas décadas, as novas gerações divergem da geração dos progenitores e antepassados quanto às metas que merecem ser perseguidas, aos valores que devem ser respeitados e aos critérios para discernir o que vale ou o que deve ser descartado. Por essas e por outras razões, as novas gerações experimentam, muitas vezes, uma distância e uma estranheza com relação aos pais e à geração mais velha em geral (PETRINE, 2005).

A perda dos modelos da tradição e a incerteza a respeito das novas propostas que se apresentam desafiam a família a conviver com certa fluidez e abrem um leque de possibilidades que valorizam a criatividade numa dinâmica do tipo tentativa de acerto e erro (PETRINE, 2005). Nestas tentativas há uma aproximação com outras instituições, tais como a escola.

3. Família e Escola: Aproximações

Desde sua constituição, a escola moderna – pública ou privada – (re) produz identidades para si e para os seus participantes. Apresenta-se como um espaço de sociabilidades e diferenciação.

O simples acesso, a permanência ou a exclusão da escola, por exemplo, mesmo quando essa não produz os resultados esperados em termos de certificação e empregabilidade têm efeitos sobre a vida dos indivíduos e grupos dos quais eles fazem parte, uma vez que entrar ou não na escola, e o tempo de permanência nela, se constituem como distinções sociais e muitas delas estão inscritas no corpo: modos de sentar e conseguir manter-se sentado por longos períodos de tempo, modelação e tom de voz, ouvir e falar, o desenvolvimento de determinadas capacidades motoras, etc. (MEYER; SOARES, 2012, p. 43).

Nessa perspectiva, os seus participantes são normatizados para atingir modelos identitários semelhantes às imposições sociais definidas *a priori* pelos mais distintos propulsores de convencimento, tais como as formas pelas quais os corpos se reconhecem e a forma como são estimulados a se relacionar com os outros. Em muitos casos, no cotidiano, as binariedades masculino/feminino, heterossexual/ homossexual, normal/ anormal são legitimadas por uma suposta Natureza Humana, constantemente vigiada, prevenida de desvios (LOURO, 2008; MEYER, SOARES, 2012).

No Brasil, a relação família-escola data de finais do século XIX e início do século XX. Neste contexto histórico, o envolvimento das famílias com a educação dos filhos representava a adoção e a implementação de certas medidas que deveriam ser inculcadas, como as ideias do movimento escolanovista, higienista e católico, ou até mesmo nos preceitos de civilizar o Brasil por meio da educação escolar. *A priori*, o objetivo da relação era instruir e normatizar os padrões familiares para progresso e civilização do país, para isso era necessário disciplinar os corpos



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

infantis e juvenis, bem como regenerar as famílias brasileiras com novos saberes e práticas culturais (CAMPOS, 2011).

Os familiares começaram a se preocupar cada vez mais com os projetos de vida e escolhas afetivas e profissionais dos seus descendentes. Curioso notar que, em muitos casos, os responsáveis familiares passaram a dialogar com os gestores e professores, sem escutar as vontades e demandas dos filhos/alunos. Nos anos de 1970, as “reuniões com os pais e responsáveis” tornaram-se frequentes na escola. Esta, por sua vez, tentou orientá-los para uma educação que transgredisse os limites dos muros escolares e atuasse em todas as esferas sociais (SAYÃO, 2011). No entanto, a partir de uma análise inicial, é possível perceber que a parceria citada, propunha homogeneizar comportamentos, valores e ideais, enquanto equacionava o sujeito-filho ao sujeito-aluno.

Se por um lado, a parceria família-escola tornou-se viável para a formação dos seus integrantes, por outro lado a mesma pode ter sido uma catalisadora de possibilidades de devir dos seus filhos/alunos, fazendo-os acreditar em saberes reproduzidos em ambas as instituições, misturando suas experiências, sem conseguir discernir o que se é em cada espaço social.

Atualmente, busca-se descobrir o que as crianças e jovens pensam, fazem e esperam, a fim de extirpar os riscos de um “mau funcionamento desse bem privado”, isto é, o patrimônio filial. Há uma relação entre ambas que parece tender a uma “vigilância ostensiva e preventiva” (AQUINO, 2011). Na Educação Católica, este tipo de vigilância foi historicamente construído e teve como um dos seus principais propulsores o Concílio Vaticano II.

4. A Escola Católica Pós Concílio Vaticano II: Discursos da Declaração *Gravissimum Educationis*

O Concílio Vaticano II é considerado um dos fatos históricos mais marcantes do século XX, por direcionar os rumos para educar e conviver na cultura global. Foi convocado pelo Papa João XXIII em 1962 e se estendeu até 1965. No período de encerramento, o referido religioso já havia falecido e o novo Sumo Pontífice era o Papa Paulo VI.

O seu surgimento se deu diante de mudanças sociais, culturais, religiosas e políticas que abalavam os dogmas da Igreja Católica, desde finais do século XIX e ganhava contornos impares no século seguinte. As discussões podem ser acessadas a partir de uma série de documentos acerca das temáticas que compreendem constituições, decretos e declarações.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

As Constituições Apostólicas referem-se a assuntos ligados à fé. Podem ser de dois tipos: Constituições Dogmáticas ou Constituições Disciplinares (Pastorais e Conciliares). O primeiro tipo trata dos dogmas fundamentais fé católica, o outro se refere às determinações canônicas, oficiais da Igreja. O Concílio Vaticano II produziu duas Constituições Dogmáticas: a *Dei Verbum* (Sobre a Revelação Divina) e a *Lumen Gentium* (Sobre a Igreja), além de duas Constituições Pastorais Conciliares: a *Sacrosanctum Concilium* (Sobre a Sagrada Liturgia da Igreja) e a *Gaudium et Spes* (Sobre a Igreja no Mundo atual).

As Declarações do Concílio Vaticano II fazem jus a sua alcunha e apresentam escritos advindos de autoridades eclesiásticas. No evento supracitado foram produzidos três declarações, a saber: *Gravissimum Educationis* (Sobre a Educação Cristã), *Nostra Aetate* (Sobre a Igreja e as Religiões não-Cristãs) e *Dignitatis Humanae* (Sobre a Liberdade Religiosa).

Os Decretos referem-se às decisões de uma autoridade hierárquica da Igreja (Papa, Bispos, Padres e Diáconos), aprovadas e assinaladas pelo Sumo Pontífice. O Concílio Vaticano II produziu nove decretos, a saber: *Ad Gentes* (Sobre a Atividade Missionária da Igreja), *Presbyterorum Ordinis* (Sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes), *Apostolicam Actuositatem* (Sobre o Apostolado dos Leigos), *Optatum Totius* (Sobre a Formação Sacerdotal), *Perfectae Caritatis* (Sobre a Conveniente Renovação da Vida Religiosa), *Christus Dominus* (Sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja), *Unitatis Redintegratio* (Sobre o Ecumenismo), *Orientalium Ecclesiarum* (Sobre as Igrejas Orientais Católicas) e *Inter Mirifica* (Sobre os Meios de Comunicação Social).

Entre esses documentos, chama-nos atenção a Declaração *Gravissimum Educationis* (Sobre a Educação Cristã)³⁵⁷, publicada em Outubro de 1965, pelo Papa Paulo VI. Nela podemos encontrar discursos que salientam o contexto vigente e a importância da educação cristã na sociedade. Segundo a mesma:

[...] em toda a parte se fazem esforços para promover cada vez mais a educação; declaram-se e registram-se em documentos públicos os direitos fundamentais dos homens, e em particular, dos filhos e dos pais, relativos à educação; com o aumento crescente do número de alunos, multiplicam-se e aperfeiçoam-se as escolas e fundam-se outros centros de educação; cultivam-se, com novas experiências, os métodos de educação e de instrução; realizam-se grandes esforços para que tais métodos estejam à disposição de todos os homens, embora muitas crianças e jovens ainda não possuam a formação mais elementar, e tantos outros careçam de educação adequadas, na qual se cultivem simultaneamente a verdade e a caridade (DECLARAÇÃO GRAVISSIMUM EDUCATIONIS, 1965).

A Declaração afirma que a educação dos jovens é algo urgente, enquanto a educação cristã é um sagrado direito. Em meio a isso, a escola católica apresenta-se como relevante para o

³⁵⁷ Uma versão dessa Declaração pode ser encontrada em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vatii_decl_19651028_gravissimum-educationis_po.html



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

desenvolvimento da “personalidade dos adolescentes”, preparando-os para o “serviço da dilação do Reino de Deus”.

De acordo com esta Declaração a escola católica possui algumas funções, tais como: 1) Cultivar atentamente as faculdades intelectuais; 2) Desenvolver a capacidade de julgar retamente; 3) Introduzir o patrimônio cultural das gerações passadas nas vindouras; 4) Promover o sentido dos valores; 5) Preparar para a vida profissional; 6) Criar entre alunos de índole e condições diferentes um convívio amigável; 7) Favorecer a disposição à compreensão mútua; 8) Constituir-se como um centro, onde as famílias, os professores e os vários agrupamentos que promovem à vida cultural, cívica e religiosa, a sociedade civil e toda a comunidade humana.

Afirma-se que a escola católica depende dos professores para realizar seus intentos e iniciativas. Estes devem ser preparados para que estejam munidos de ciência, “religiosa ou profana”, comprovada pelos respectivos títulos e possuam a “arte de educar”, em harmonia com o progresso dos dias vigentes. Salienta que os professores precisam se manter unidos entre si, com os alunos e pais destes.

Conforme a Declaração supracitada, a parceria entre pais e professores deve considerar, “em toda a obra educativa, a diferença sexual e o fim próprio atribuído pela Providência divina a cada sexo na família e na sociedade”. Para isso, reitera-se que é necessário um esforço a fim de “suscitar a ação pessoal dos alunos, e, depois de acabado o curso escolar, continuem (pais e professores) a acompanhá-los com o conselho, a amizade e com a organização de associações peculiares imbuídas de verdadeiro espírito eclesial”. Por fim, reconhece que:

[...] o ministério destes professores é um autêntico apostolado, muito oportuno e necessário também nos nossos dias, e, ao mesmo tempo, um verdadeiro serviço prestado à sociedade. E aos pais católicos recorda o dever de confiarem, de as sustentarem segundo as suas forças e de colaborarem com elas para bem dos próprios filhos (DECLARAÇÃO *GRAVISSIMUM EDUCATIONIS*, 1965).

As funções das famílias também são mencionadas na referida Declaração. Diz-se que os pais tem uma “gravíssima obrigação” de educar os filhos. Devem ser reconhecidos como os primeiros e principais educadores.

Com efeito, é dever dos pais criar um ambiente de tal modo animado pelo amor e pela piedade para com Deus e para com os homens que favoreça a completa educação pessoal e social dos filhos. A família é, portanto, a primeira escola das virtudes sociais de que as sociedades têm necessidade. Mas, é sobretudo, na família cristã, ornada da graça e do dever do sacramento do Matrimônio, que devem ser ensinados os filhos desde os primeiros anos, segundo a fé recebida no Batismo a conhecer e a adorar Deus e a amar o próximo; é aí que eles são pouco a pouco introduzidos no consórcio civil dos homens e no Povo de Deus. Caiam, portanto, os pais na conta da importância da família verdadeiramente cristã na vida e progresso do próprio povo de Deus (*idem*).



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

A Declaração completa os argumentos, ressaltando que os pais necessitam ter liberdade para escolher a escola na qual desejam matricular seus filhos. Logo, o poder público “deve cuidar, segundo a justiça distributiva, que sejam concedidos subsídios públicos de tal modo que os pais possam escolher, segundo a própria consciência, com toda a liberdade, as escolhas para seus filhos”.

A Declaração encerra-se defendendo a perseverança dos participantes da escola católica, leigos e religiosos, para a missão de educar as futuras gerações, atentando-se não apenas na promoção da renovação interna da Igreja Católica, Pós Concílio Vaticano II, mas também na conservação e aumento da presença “benéfica” da educação cristã, “no mundo hodierno, sobretudo no intelectual”.

Estes discursos serviram de suporte para direcionar e legitimar modos de educar em distintas localidades. No Brasil, desde a implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 4.024/ 61, as escolas públicas foram postas em situação de igualdade de direitos com as escolas privadas, caracterizando com isso a perda de espaço na área educacional por parte da Igreja Católica e o cumprimento da Lei (VIEIRA, 2002). Nesse contexto, o ensino misto começou a ser implantado, não de forma homogênea, nas escolas católicas. Em outros países a propagação do ensino misto também aconteceu, diante das demandas internacionais, muitas delas impulsionadas pelo movimento feminista (AUAD, 2006).

A partir dos estudos internacionais sobre os processos de escolarização, é possível aferir que, pouco após a primeira metade do século XX, várias escolas católicas ao redor do mundo direcionavam suas práticas pedagógicas para um gênero, sendo conhecidas como espaços apropriados para a formação integral da juventude masculina ou feminina. Os corpos eram estimulados a se enquadrarem nas postulações de gênero, não podendo subverter o que era prescrito sobre a natureza humana e a cultura, embora alguns não obedecessem aos ditos e escritos (AUAD, 2006).

Os sentidos eram treinados. Os corpos separados conforme as idades, mesmo se possuíssem gênero semelhante. A diferença, embora reiterada como natural, era ensinada cotidianamente. Discursos guiavam o que cada um (não) podia fazer dentro e fora da instituição. Quadros, crucifixos, esculturas de santos e um variado conjunto de símbolos apontavam os modelos a serem seguidos, respeitados, permitindo que os alunos convivessem com tais simbologias (LOURO, 2008).

Inicialmente, o ensino misto despertou oposição nos países europeus vinculados ao catolicismo e nas ex-colônias desses. O convívio entre os sexos/ gêneros manifestava-se como uma



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

afronta às famílias e tradições religiosas, pois se alegava que a mesma colocava em risco a moralidade das meninas e a virilidade dos rapazes (AUAD, 2006). Depois, foi assimilado, com a reivindicação e/ou rejeição da sociedade, diante das mudanças nas conjunturas históricas internacionais e do contexto local.

Parece-nos que, após o processo de globalização, a educação católica – familiar e escolar – esforçou-se cada vez mais em sedimentar as práticas culturais da tradição cristã. Estas buscaram produzir identidades específicas e desejadas, seja para os indivíduos, ou para as instituições sociais citadas. Entre as novas demandas e as tradições milenares, a Igreja Católica passou a (re) significar os seus discursos, difundi-los internacionalmente, a fim de incentivar a construção das identidades.

5. Considerações Finais

A influência do feminismo e as demandas internacionais contribuíram para o questionamento dos “papeis sexuais” de homens e mulheres, bem como o cotidiano das famílias. Desde a segunda metade do século XX, apareceram novas configurações familiares, o que provocou (des) enlances cotidianos entre os seus membros, repercutindo na educação das crianças e jovens.

Atento as mudanças políticas, econômicas e sociais, o Concílio Vaticano II difundiu uma série de discursos acerca da educação cristã, enfatizando seus dilemas e os desejáveis modos de ser e conviver na cultura global. Entre estes discursos está a Declaração *Gravissimum Educationis*, onde é possível identificar enunciados acerca das funções da família e da escola católica, bem como a atuação dos pais e professores para a formação intelectual e moral dos filhos e alunos.

Parece-nos que, com tais discursos, a Igreja buscou uma aproximação entre a família e a escola católica, a fim de assegurar a manutenção dos dogmas cristãos e das próprias instituições citadas. Para isso almejou, a partir da educação do lar e do espaço escolar, reproduzir comportamentos, valores e ideais.

Referências Bibliográficas

- AQUINO, JulioGroppa. Crise, acosso e reinvenção da experiência educativa contemporânea. *In*: AQUINO, JulioGroppa [et al]. **Família e educação**: Quatro olhares. Campinas: Papyrus, 2011, P. 109-142.
- AMARAL, Célia Chaves Gurgel do. **Família às avessas**: gênero nas relações familiares de adolescentes. Fortaleza: EUFC, 2001.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

- ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. 2ª edição. Rio de Janeiro: LTC Editora, 2006.
- AUAD, Daniela. **Educar meninas e meninos: relações de gênero na escola**. São Paulo: Contexto, 2006.
- CAMPOS, Alexandra Resende. Família e Escola: um olhar histórico sobre as origens dessa relação no contexto educacional brasileiro, **Vertentes (UFSJ)**, v. 19, p. 61-71, 2011.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da Identidade** (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura). Vol. 2. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2008.
- COURT, Pedro Morandé. Família e Sociedade Contemporânea. *In*: PETRINE, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (orgs). **Família, Sociedade e Subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar**. Editora Vozes, 2005.
- GOLDANI, Ana Maria. As famílias no Brasil contemporâneo e o mito da desestruturação. **Cadernos Pagu**, n.1.p. 67-110. 1993.
- HOLANDA, Patrícia Helena Carvalho; MORATO, Pedro Parrot. A Mulher e a Família à Luz do Referencial Santiano na Perspectiva Comparada Brasil-Portugal. *In*: **História de Mulheres: amor, violência e educação**. Fortaleza: Edições UFC, 2015.
- LASCH, Christopher. **Refúgio num mundo sem coração – a família: santuário ou instituição sitiada?**São Paulo: Paz e Terra, 1991.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. **As Estruturas Elementares do Parentesco**. Petrópolis: Vozes, 1982.
- LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma Perspectiva Pós-estruturalista**. São Paulo: Vozes, 2008.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia**. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 1969.
- MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. Corpo, gênero e Sexualidade: desafios para a educação escolar. *In*: MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues [et. al] (orgs). **Saúde, Sexualidade e Gênero na Educação de jovens**. Porto Alegre: Mediações, 2012.
- PETRINI, João Carlos. Mudanças sociais e mudanças familiares. *In*: PETRINE, João Carlos; CAVALCANTI, Vanessa Ribeiro Simon (orgs). **Família, Sociedade e Subjetividades: Uma perspectiva multidisciplinar**. Editora Vozes, 2005.



Anais do XV Congresso de História da Educação do Ceará. 2016, ISSN 2237-2229

SAYÃO, Rosely. Filhos... Melhor não tê-los? *In*: AQUINO, JulioGroppa [et al]. **Família e Educação: Quatro olhares**. Campinas: Papyrus, 2011, p. 17-48.

THERBORN, Göran. **Sexo e Poder: A família no mundo, 1900-2000**. São Paulo: Contexto, 2011.